

# OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

## *PHYSICAL EDUCATION TEACHERS AND SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE IN PUBLIC SCHOOLS*

Francy Kelle Rodrigues Silva  
Darllanea Nascimento dos Santos  
Neiza de Lourdes Frederico Fumes  
*Universidade Federal de Alagoas*

**RESUMO:** Este artigo teve por objetivo compreender o conhecimento de professores de Educação Física acerca do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), como ainda as suas experiências com esse atendimento. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com uso da entrevista semiestruturada e participação de quatro professores de Educação Física da rede de ensino público da cidade de Maceió/Alagoas. Os dados foram submetidos a uma análise de conteúdo. Constatamos que apenas um dos professores relatou não ter conhecimento sobre os atendimentos na SRM, ao passo que os demais conheciam a existência do AEE na escola, embora que não realizassem nenhuma ação em parceria. Na visão dos professores de Educação Física, o AEE realizado na SRM era voltado apenas para colaborar com professores de sala de aula comum. Consideramos importante haver um maior diálogo entre as áreas, para que se possa desenvolver um trabalho conjunto entre as diferentes áreas na escola e com isso colaborar no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno do público alvo da Educação Especial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Física. Atendimento Educacional Especializado.

**ABSTRACT:** This article aims at understanding the knowledge of Physical Education (PE) teachers about the Specialized Educational Service (SES) and their experiences with the Multifunctional Resources Room (MRR). The research adopted a qualitative approach, using semi-structured interviews and the sample was intentional and involved four PE teachers of public schools in the city of Maceió/Alagoas. The data were subjected to content analysis. The results showed that only one teacher had no knowledge about the SES and MRR, while others knew the existence of this service in school, although they had not performed any action in partnership yet. In view of PE teachers, the SES should only support the teachers in the ordinary classroom. For conclusion, it is important to promote dialogue between Physical Education and Special Education, particularly SES. This may collaborate in the learning and the educational development of the students with disability.

**KEYWORDS:** Physical Education. Specialized Educational Service.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) se configura como a principal proposta para o apoio à inclusão escolar de alunos do público alvo da Educação Especial<sup>1</sup>, sobretudo após a proposição da atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

Na direção da normatização desse serviço, a Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, instituiu as Diretrizes Operacionais para o AEE. Em seu Art. 2º é estabelecido que:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (Brasil, 2009, p. 1).

Essa mesma resolução determina que o AEE deve ser realizado em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) da própria ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso à escolarização, portanto, não devendo ser substitutivo às atividades a serem realizadas em classe comum (Brasil, 2009). Em grande parte, estas salas foram instaladas nas escolas públicas a partir de 2005, através do Programa de Implantação de SRM do Ministério da Educação para facilitar a oferta do AEE. São definidas como “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (Brasil, 2010, p.5).

O professor que atua nesse ambiente deve organizar atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, a fim de facilitar o processo de construção de aprendizagem dos alunos do público alvo da Educação Especial. Para tanto é importante entender, que as atividades oferecidas pelo AEE não se configuram como reforço escolar, uma vez que se diferencia daquelas realizadas na sala de aula do ensino comum (BRASIL, 2008). Devem ter o caráter de apoio ou suplementação.

<sup>1</sup> Esse é constituído pelos alunos com deficiência (impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

Neste processo de construção da aprendizagem dos alunos público alvo da Educação Especial, é interessante que haja uma organização escolar, na qual toda equipe da escola consiga discutir, entender e promover transformações em sua organização e funcionamento, visando atender aos diversos tipos de necessidades (Brasil, 2005).

Nesta direção, a Educação Física enquanto disciplina curricular não pode ficar fora do processo de inclusão escolar da pessoa com deficiência, visto que tem como objeto de intervenção um importante elemento da cultura humana – o movimento humano e as suas diferentes manifestações (jogos, esportes, danças, lutas, ginásticas, entre outros). Além do mais, as produções teóricas e práticas de uma de suas subáreas podem ser de fundamental importância na inclusão da pessoa com deficiência – as da Educação Física Adaptada ou da Atividade Motora Adaptada.

Mais recentemente, essa subárea tem tentado direcionar um olhar diferente aos conteúdos, procedimentos, estratégias e possibilidades de adaptação para todos, incluindo a pessoa com deficiência. Nesse sentido, proporciona estratégias e metodologias que podem tornar mais fáceis e menos complexas as atividades motoras, dependendo das necessidades educacionais do aluno. De modo geral, pode-se definir a adaptação motora como processo de identificação e intervenção sobre variáveis da atividade, ajustando-se ao nível de desempenho e desenvolvimento do aprendiz e aos objetivos desejados (Rodrigues, 2006).

Parece-nos importante ressaltar que nessa perspectiva é equivocado o entendimento de que a Educação Física Adaptada está diretamente relacionada à deficiência, fundamentada no modelo médico e consequentemente focando apenas o diagnóstico das limitações físicas e cognitivas do aluno e no tratamento dessas mazelas (Seabra Júnior, 2012). O autor defende ainda que essa é:

Uma grande área de interação, inclusão e acolhimento às diferenças pode ser constituída na escola, a partir dos princípios da Educação Física Adaptada, na medida em que a Educação Física Escolar adotar práticas pedagógicas capazes de não só permitir o acesso e a participação dos alunos em práticas da cultura corporal, mas também, proporcionar que estes, independentemente de sua condição, sejam valorizados e estabeleçam sua autonomia, com reais possibilidades de êxito nas atividades (Seabra Júnior, 2012, p.111).

Na mesma direção, Sherrill (2003), uma das principais intelectuais desse campo, indica que para atender as atuais demandas são necessárias mudanças de atitudes e adotar a perspectiva inclusiva como norte, o que implica em ter outro direcionamento. Justamente por ser preciso reverter a situação dominante, por muito tempo, em que as atividades físicas adaptadas eram desenvolvidas em espaços e tempos diferentes das demais pessoas, sob os auspícios do modelo médico de deficiência. Além do mais, não podemos nos esquecer de que a Educação Física possui um histórico de exclusão e marginalização com os menos habilidosos, meninas e pessoas com deficiência, inclusive na atualidade, com a ditadura midiática, voltada para estética e corpos perfeitos. Sobre isto, Morais (2010) afirma que a prática pedagógica dos professores de Educação Física tem se referenciado, de modo significativo, nos princípios do homem saudável, belo, forte e habilidoso, orientando-se comumente por um modelo mecanicista, que busca a perfeição dos gestos, em detrimento das outras possibilidades de manifestações da pessoa com deficiência.

As novas atitudes requeridas para a Educação Física Adaptada em uma perspectiva inclusiva acolhem a pluralidade de opiniões,

gestos, credos, raças e de convivência presentes no espaço escolar. Mandarino (2004) reflete que a inclusão escolar que não considera esses elementos retorna à perspectiva médica, que diferencia os indivíduos em categorias hierárquicas, enxergando-os somente pelo viés biológico. Esse pode ser o primeiro rompimento que os educadores devem fazer e ao assumir este compromisso, o educador poderá tematizar as diferenças existentes nas aulas, sem que modelos previamente imaginados sejam definidos ou construídos (Mandarino, 2004). Ademais, Soler (2005) salienta que o papel da Educação Física na inclusão escolar, como qualquer outra modalidade de ensino, é o de proporcionar o aprendizado, apresentando ao educando o novo e o desconhecido, utilizando recursos motores e mentais que possui.

Tendo em conta as considerações anteriores, outra reflexão necessária de ser feita refere-se aos possíveis diálogos entre a Educação Física (na perspectiva anteriormente defendida) e o AEE. Pois, embora o AEE se configure como um atendimento extraclasse e realizado no contraturno seu planejamento deve levar em conta as observações e as necessidades apontadas pelos professores da classe comum (inclusive o de Educação Física).

Entretanto, ainda são poucos os estudos que analisam e refletem sobre essa interação, possivelmente pelo curto período de oferta do AEE na ampla maioria das escolas brasileiras. Em um destes estudos, Silva (2014) verificou que o professor de Educação Física e a de AEE mantinham tímidos diálogos e parcerias. Apesar disso e do reconhecimento de que seria necessário aprofundar a interlocução entre os profissionais, os resultados do estudo apontaram para as múltiplas possibilidades de trabalho colaborativo, em que tanto o planejamento para o AEE quanto para a Educação Física pudessem ser propostos, considerando os saberes das áreas, as possíveis construções interdisciplinares, as experiências de cada professor. Isto tudo sempre respeitando as particularidades de cada educando na escola e buscando procurar alternativas para proporcionar-lhe as melhores possibilidades de aprendizagem.

Diante disto, nesse artigo analisamos o conhecimento de professores de Educação Física da rede de ensino público da cidade de Maceió- AL em relação ao AEE e SRM, como ainda as suas experiências com esse atendimento.

## CAMINHO METODOLÓGICO

Optamos por realizar uma pesquisa com abordagem qualitativa por termos levado em consideração algumas de suas características, como: compreensão de questões muito particulares, na perspectiva da construção social dos participantes e em situações de suas práticas cotidianas (Flick, 2009).

Fizeram parte da amostra, quatro professores de Educação Física da rede regular de ensino e de escolas públicas localizadas na parte alta da cidade de Maceió/Alagoas/Brasil. Destacamos que esses professores foram escolhidos intencionalmente e estavam lotados em escolas com SRM implantadas e em funcionamento, de uma mesma região urbana da cidade de Maceió.

Os quatro participantes tinham formação inicial em Educação Física, sendo que dois deles estavam formados havia mais de 20 anos, um havia mais de 15 anos e outro a mais de 10 anos.

Três desses professores tinham um curso de pós-graduação (lato senso), sendo um na área de concentração em Educação Física Escolar; um em Fisiologia do Exercício e um em Educação Física Adaptada, com ênfase em Deficiência Física.

Para coleta dos dados, fizemos uso da entrevista semiestruturada, que se guiou em um roteiro composto por questões abertas, que podiam ser respondidas com base no conhecimento que o entrevistado possuía imediatamente à mão (Flick, 2009). As entrevistas com os professores foram aplicadas individualmente, sendo gravadas e posteriormente transcritas.

É importante informar que para preservar a identidade dos participantes todos os nomes utilizados ao longo do artigo são fictícios e a pesquisa seguiu as orientações da Resolução nº. 466/2012.

Para análise dos dados, iniciamos com a leitura minuciosa de todos os dados e através da análise de conteúdo, que leva em consideração as significações, eventualmente a sua forma e a sua distribuição. Esta procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça (Bardin, 2009). Para tanto, organizamos os dados em torno de uma única categoria: Percepções dos professores de Educação Física sobre o AEE.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE O AEE

Na perspectiva inclusiva, a educação deve atender a uma gama de população historicamente excluída, independente de suas particularidades, em uma única escola e abrangendo a todos os níveis e modalidades de ensino. E, para isso vem sendo discutida a necessidade de estreitamento entre a Educação Especial e a Educação Regular.

Como já abordamos anteriormente, um das possibilidades de diálogo, que pode levar a esse estreitamento, como ainda no desenvolvimento de práticas interdisciplinares decorre da oferta do AEE nas escolas públicas regulares. Considerando este ponto de partida, procuramos compreender a visão dos professores de Educação Física sobre o AEE e constatamos que apenas um dos professores não soube explicar o AEE realizado na SRM de sua escola. Esse professor afirmou que:

Já ouvi falar, mas **não** conheço de uma forma geral. Não conheço mesmo (Professora Ana, Grifo nosso).

Os demais professores conheciam a existência do AEE na escola, ainda que cada um explicasse-o de uma forma diferente o seu funcionamento, como podemos ver a seguir:

**SIM**, aqui nós temos a sala de recursos [multifuncionais]. Temos uma professora que trabalha com esses meninos (Professora Gil, Grifo nosso).

Conheço, mas sei que essas salas de recursos [multifuncionais] são voltadas sempre para professores de **sala de aula**. No caso, não vê a Educação Física. São voltadas para as dificuldades que eles encontram com relação aos alunos. É para fazer essa interação entre alunos com dificuldades com a sala de recursos [multifuncionais] (Professor Mário, Grifo nosso).

Aqui na escola **sim**. A gente trabalha geralmente em conjunto com a sala de recursos [multifuncionais]. Não só com a Educação Física, mas com a escola de um modo geral (Professor Jonas, Grifo nosso).

De uma maneira geral, esses fragmentos demonstram que ainda havia muito desconhecimento por parte dos professores de Educação Física entrevistados sobre a função do AEE no processo de inclusão do público alvo da Educação Especial, inclusive

parecia não lhes ser claro quem eram os alunos a ser atendidos na SRM. Ainda em relação aos fragmentos é importante esclarecer que as normas que orientam a oferta do AEE não restringem as interfaces possíveis de ser realizadas para assegurar a inclusão do público alvo da Educação Especial. Muito pelo contrário! É indicado que deve haver a articulação entre os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola (Brasil, 2009), como foi destacado pelo professor Jonas.

Esses pontos de vista levam-nos a ponderar que o professor de Educação Física enquanto um professor de sala de aula comum deve partilhar das ações conjuntas para a inclusão do público alvo da Educação Especial e deve ser (in) formado sobre os diferentes serviços e profissionais disponíveis na escola que podem colaborar com a sua prática pedagógica. Concordamos ainda com Rodrigues (2003) que a Educação Física, enquanto disciplina curricular obrigatória, não pode ficar indiferente ou neutra em face deste movimento de Educação Inclusiva.

Consideramos que um dos pontos essenciais para tornar a educação inclusiva um projeto da escola, com a realização das imprescindíveis mudanças na organização e no funcionamento da escola é que o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) incorpore esse novo modo de pensar e fazer a educação. Para isso, a sua discussão coletiva é fundamental, de maneira que esse seja reconhecido como um projeto da escola e que reúne os anseios, as necessidades e as aspirações de todos.

Tendo em conta a sua relevância, a Resolução nº. 4/2009, em seu artigo 10, estabelece que o PPP da escola deve institucionalizar o AEE e que os profissionais desse serviço devem atuar em todas as atividades escolares, nas quais se fizerem necessários (Parágrafo único).

Diante disto, indagamos aos professores de Educação Física se eles haviam recebido alguma (in) formação sobre o AEE e a SRM. Apenas um dos professores afirmou que as informações foram divulgadas em reuniões, enquanto que os demais relataram que não ter recebido formalmente e/ou de forma sistemática informações sobre o serviço disponível na escola ou na rede de ensino. No primeiro caso, o professor disse que:

As informações foram passadas em reuniões (Professor Mário).

Por outro lado, os demais professores relataram que:

Olhe, geralmente, as informações elas são passadas após algumas indagações feita por mim. (Professor Jonas).

Para mim, nada (Professora Gil).

No caso dessas escolas que eu trabalho, de nenhuma das duas eu obtive nenhuma informação, porém eu sei algo sobre, porque tenho colegas que já trabalharam ou que já estagiaram, e que sempre quando a gente se junta e fala em relação a alguma dificuldade, aí eles passavam para gente a experiência nesse centro [especializado]. Então, a escola, em nenhuma das duas que eu trabalho, me falou sobre centro de atendimento (Professora Ana).

Esses últimos fragmentos revelam-nos que o AEE não foi abordado formalmente nas escolas da maioria dos professores entrevistados, bem como parecia não haver ações que mostrassem seu funcionamento, finalidade, recursos para os professores, em particular os de Educação Física. Com isso, o AEE não articulava de modo sistemático com essa disciplina e os alunos do público alvo da Educação Especial podiam continuar a enfrentar dificuldades nessas aulas.

É importante termos em mente que para o sucesso de ações inclusivas na escola haja o trabalho em equipe, especificamente, a parceria entre professores de diferentes especialidades em favor de um objetivo comum (Capellini, 2004).

Nesta direção, Rabelo (2012) relata que há cerca de 20 anos, autores, como Pugach e Johnson (1989), que mencionam a importância de se estabelecer parcerias colaborativas na educação, especialmente em turmas nas quais há alunos com deficiência. Ademais, as autoras supracitadas observam que uma das maiores dificuldades na experiência de trabalho colaborativo não se encontra no referencial teórico sobre o tema, mas no seu processo de implementação.

Apesar desse desconhecimento, os professores de Educação Física consideravam o AEE oferecido nas SRM importantes por perceberem os avanços alcançados pelos alunos que frequentavam esse serviço, como podemos ver a seguir:

Eu acho de grande valia, entendeu? Uma sala [...] a escola que trabalha com sala de recursos [multifuncionais] porque é mais um instrumento, entendeu? Mas, se houvesse até outro tipo de instrumento na escola, eu digo assim para atender essas pessoas que ficaram à margem do processo né? Há muito tempo, a coisa funcionaria melhor. [...] (Professor Jonas).

Eu sinto que acontece avanço em relação ao aprendizado em sala de aula, na aula de Educação Física (Professor Mário).

Ele é super-importante desde que siga os objetivos e as estratégias que devem ser tomadas. Então, se a gente tem um profissional dentro da escola, dessa forma, então qualquer profissional que chega, qual é a base da escola, é apresentar, que existe essa pessoa na sala de recursos [multifuncionais] e se você encontrar algum aluno com dificuldade passe pra ela (Professora Gil).

O desconhecimento e a falta de (in) formação sobre o AEE por parte dos professores colaboram na explicação de uma das concepções veiculadas – a do AEE como um instrumento e não como um serviço. Lembramos que esse atendimento deve identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação especificamente dos alunos do público alvo da Educação Especial (Brasil, 2008).

Também deve ser destacado no fragmento que o professor Jonas apontava para a necessidade de haver outras opções de apoios à inclusão disponíveis na escola, ao passo que a professora Gil assinalou o papel do professor da sala comum do aluno do público alvo da Educação Especial e seu subsequente encaminhamento para a SRM. Esse último aspecto também foi encontrado por Moraes e colaboradores (2014) no que se refere aos demais professores de sala comum, de modo que esses eram os principais identificadores das dificuldades de aprendizagem de seus alunos.

Tendo em vista as demandas concretas e subjetivas dos professores (do AEE e da sala comum) é preciso ter bem claro que o processo inclusão educacional não é pontual, individual, imediato e simples e que acreditamos que para cada contexto há diferentes formas de se desenvolver. Entretanto, os resultados permitem-nos afirmar que os professores maceioenses entrevistados não estavam envolvidos nas atividades realizadas nas SRM das escolas que estavam lotados. Esse fato poderia estar comprometendo o processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares da Educação Física dos alunos do público alvo da Educação Especial.

Tal situação acontecia mesmo que a Resolução nº 4/2009 preveja o estabelecimento de parcerias com áreas de diferentes setores para elaboração de estratégias. Nesse mesmo sentido, a

resolução destaca a importância da articulação entre os professores da sala de aula comum e os demais profissionais da escola, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades escolares para a participação e aprendizagem dos educandos (Brasil, 2009).

É necessário admitir que a efetivação da inclusão escolar faz-se imprescindível a participação de todos os representantes da comunidade escolar e uma melhor articulação dos conhecimentos com a prática educativa da escola. Além disso, compreendemos a necessidade de planejamento e estabelecimento de parcerias a partir do PPP, uma vez que este é um instrumento técnico e político que orienta as atividades da escola, delineando a proposta educacional e a especificação da organização e os recursos a serem disponibilizados para sua implementação.

Mesmo com as dificuldades indicadas pelos professores, no que tange às informações na escola, pudemos verificar que eles acreditavam na inclusão escolar, fator considerado positivo para norteamento das ações educativas para com os alunos com deficiência.

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o papel dos professores para inclusão escolar é fundamental, como ainda acreditamos na relevância da interlocução entre a Educação Física e a Educação Especial para a efetivação de uma educação de fato inclusiva. Com isso, ressaltamos que uma proposta de parceria colaborativa pode incentivar a criação de uma nova cultura de planejamento, intervenção, execução e avaliação do trabalho em regime de colaboração. Para que haja este envolvimento dos professores, é vital o desenvolvimento de um trabalho coletivo entre os docentes do AEE e da sala comum.

Outro aspecto importante para as possibilidades de mudanças, aproximação, diálogo e interface da Educação Física Escolar com o AEE é a visão do todo no que se refere à inclusão escolar, visto que os objetivos tanto do AEE, quanto da Educação Física voltam-se para assegurar a inclusão e garantir o desenvolvimento global do aluno na escola.

É preciso levar em consideração as experiências vivenciadas pelos diferentes professores, bem como respeitar as particularidades de cada um dos envolvidos (alunos, professores, gestores, pais, entre outros).

Por fim, acreditamos que a Educação Física e o AEE poderão contribuir para a efetivação de uma educação de fato inclusiva, à medida que os professores desenvolvam uma postura de colaboração e troca de saberes. Entendemos ainda que é importante dar voz e espaço aos atores escolares, para que possa ocorrer o planejamento de estratégias de intervenção que favoreçam o processo de inclusão escolar. Nesta perspectiva, é possível estabelecer um compartilhamento das dificuldades e, conseqüentemente, a busca conjunta de soluções/estratégias para o processo de ensino-aprendizagem junto ao alunado na escola.

#### REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Ed: 70.
- Brasil. (2010). *Documento Orientador Programa Implantação de salas de Recursos Multifuncionais*. Ministério de Educação.
- \_\_\_\_\_. (2008). Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília,



- 07 de janeiro de 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. (2005). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Educar na diversidade: material de formação docente*. Organização de Cynthia Duk. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educar%20na%20diversidade.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. (2009). Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. *Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília: Ministério da Educação - MEC. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>.
- \_\_\_\_\_. (2012). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Trata de pesquisas e testes em seres humanos*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: < [http://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2013/06\\_jun\\_14\\_publicada\\_resolucao.html](http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html)>.
- Capellini, L. M.F. (2004). *Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental*. (Tese Doutorado). Universidade Federal de São Carlos.
- Carmo, A. A. (2006). Atividade Motora Adaptada e Inclusão Escolar: dois caminhos que não se cruzam. In R. Cidade (Org.). *Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo*. São Paulo: Artes Médicas.
- Flick, U. (2009). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. (2 ed.) Porto Alegre: Bookman.
- Mandarino, C.M. (2004). A Educação e a questão da Inclusão dos alunos com “Necessidades Educacionais Especiais”. *Revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada – SOBAMA*, 9 (1), 35-38.
- Moraes, W. et al. (2014). *Aspectos da avaliação na Política de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais na rede pública de Maceió/AL*. In IV Encontro do Observatório Nacional de Educação Especial.
- Rabelo, L. C. C. (2012). *Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Carlos.
- Rodrigues, D. (2006). A construção social da deficiência e do deficiente: uma breve incursão. In: R. Cidade (Org.). *Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo*. São Paulo: Artes Médicas.
- Rodrigues, D. (2003). A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. *Revista da Educação Física/ UEM*, 14 (1), 67-73, 1.
- Seabra Júnior, L. (2012). *Educação Física e inclusão educacional: entender para atender*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.
- Sherrill, C. (2003). *Adapted Physical Activity, Recreation, and Sport: crossdisciplinary and lifespan*. (6<sup>th</sup> Ed.). Boston: Mc Graw Hill.
- Silva, F. K. R. (2014). *Atendimento Educacional Especializado e Educação Física Escolar: possibilidades de parceria colaborativa no processo de inclusão escolar de educandos com deficiência intelectual*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Alagoas.
- Soler, R. (2005). *Educação Física Inclusiva: em busca de uma escola plural*. Rio de Janeiro: Sprint.

## NOTAS SOBRE OS AUTORES

### FRANCY KELLE RODRIGUES SILVA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira pela UFAL. [francykelle@yahoo.com.br](mailto:francykelle@yahoo.com.br)

### DARLLANEAS NASCIMENTO DOS SANTOS

Discente de Educação Física Licenciatura Universidade Federal de Alagoas (UFAL). [darllanea\\_lane@hotmail.com](mailto:darllanea_lane@hotmail.com)

### NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES

Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da UFAL e do Curso de Educação Física da UFAL. [neizaf@yahoo.com](mailto:neizaf@yahoo.com)

Recebido em 05 de setembro de 2014

Aprovado em 21 de outubro de 2014

